

mo, Joaquim Serra foi quase esquecido pelos que vieram depois; a historiografia oficial omite-o cuidadosamente. Fernando Segismundo começou a colocá-lo em sua verdadeira grandeza, valorizando-lhe a missão: “Joaquim Serra é, na *Reforma*, a vida do jornalismo liberal. Foi ele o criador da moderna imprensa política, figura resplandecente na história da Abolição, pela seriedade, constância, sacrifício e heroísmo de seu incomparável combate de dez anos, dia a dia, até a vitória final de 13 de Maio”⁽¹⁵⁹⁾. Serra redigira *O Abolicionista*, que começou a circular a 1º de novembro de 1880 e se manteve até o ano seguinte. No editorial de abertura dessa folha, escreveu: “Estudando-se a nossa produção, vê-se que o trabalho escravo é a causa única do atraso industrial e econômico do país. (. . .) Parte da escravatura está nas mãos de estrangeiros”. E denunciava, com veemência, “as questões de liberdade decididas em favor dos senhores pela magistratura, cúmplice dos crimes que ela deve punir. . .”

Joaquim Nabuco fez justiça a Serra: “Outro com quem vivi até sua morte em grande aproximação de idéias foi Joaquim Serra. Desde 1880 até a Abolição, ele não deixou passar um dia sem a sua linha. . . Minado por uma doença que não perdoa, salvava cada manhã o que bastasse de alegria para sorrir à esperança dos escravos, a qual viu crescer dia por dia durante esses dez anos, como uma planta delicada que ele mesmo tivesse feito nascer. . . Feita a Abolição, desabrochada a flor, morria ele. . . E que morte! que saudade da mulher e dos filhos, da filhinha adorada que não se queria afastar um instante dele! Serra cumpriu a sua tarefa com uma constância e assiduidade a toda prova, sem dar uma falta e com o mais perfeito espírito de abnegação e de lealdade. . . Renunciando os primeiros lugares, ele mostrava, entretanto, de mais em mais, uma agudeza de vista e uma clareza de expressão dignas de um verdadeiro *leader*. Eu mesmo, que acreditava conhecê-lo, fui surpreendido pela ousadia de sua manobra, quando

Casa de Pensão que, posto em livro no ano seguinte, esgotou logo três edições. O êxito ligava-se ao fato de estar ainda na memória popular o crime ocorrido à rua da Quitanda, em 19 de setembro de 1876, em que o estudante de engenharia Antônio Alexandre Pereira assassinou o colega João Capistrano da Cunha que, em janeiro, violara sua irmã Júlia, na pensão mantida pela sua mãe, à rua do Alcântara, 71, fugindo depois. Processado, Capistrano tivera a defesa dos advogados Pinto Júnior, Duque Estrada Teixeira e Saldanha Marinho, sendo absolvido, a 17 de setembro de 1876. O assassino, Antônio Alexandre Pereira, defendido pelo advogado Jansen de Castro Júnior, foi absolvido por unanimidade. Aluísio Azevedo calcou o romance nesse episódio real. Emílio Rouéde, aliás, em depoimento de 1886, mostrava o método do romancista, sua fascinação pelo real: “É curioso ver como o autor do *Coruja* dá caça aos seus tipos; um dia o vi assentado à mesa com um velho e célebre ex-capoeira que, em algum tempo, dirigiu as eleições aqui, muito empenhado em ouvi-lo descrever uma eleição em que tomaram parte o visconde do Rio Branco e o sr. conselheiro Otaviano Rosa, e, terminada a narração, o vi partir de carreira para escrever as notas do que acabara de ouvir”.

(159) Fernando Segismundo: op. cit., pág. 162.